



RUPTURAS E CONCILIAÇÕES NA HISTÓRIA DO BRASIL: UMA PEQUENA REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO HISTORIADOR

**Agnaldo Kupper*

RESUMO

O papel do historiador é o de sempre rever-se, como à própria História. Cabe ao historiador levantar problemas e desvendar os processos reais, questionando suas subjetividades e suas mutilações no processo de pesquisa, na busca de conclusões críticas e suficientes, bem como identificar rupturas e continuidades.

PALAVRAS-CHAVE: História; Historiador; Desconstrução; Rupturas; Continuidades.

ABSTRACT

The role of a historian is not only always to re-evaluate himself, but also re-evaluate history. It is his job to raise problems and disclose actual processes, questioning their subjectivity and mutilations in the process of research, in search for critical and sufficient conclusions. He is also to identify disruptions and continuities.

KEY-WORDS: History; Historian; De-Construction; Disruption; Continuities.

INTRODUÇÃO

“Eu costumava pensar que a profissão do historiador, ao contrário, digamos, da do físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode”.

Eric Hobsbawn, Sobre História.

* Docente da UniFil.

Historiador, escritor e professor de ensino médio e superior em Londrina. Mestre em História. Doutorando em História. Autor de ‘Colônia Cecília, uma experiência anarquista’ (FTD); co-autor de ‘História crítica do Brasil’ (FTD); ‘O navegante negro e a chibata’ (FTD), e ‘Malês: sangue em Salvador’ (Papel Virtual).

E-mail: ateneucp@uol.com.br

Certa vez, um poeta espanhol disse que todo dia pela manhã olhava o jardim da casa em que morava através de um vitral colorido. A cada dia as flores assumiam tonalidades diferentes, dependendo do vitral que focava. Assim, creio, é a ciência histórica. Focá-la de diversos ângulos é engrandecê-la.

Como seria, por exemplo, a história brasileira se narrada pelas crianças, ou pelas mulheres, ou pelos negros, ou pelos trabalhadores rurais?

Immanuel Kant (1724-1804) confidenciou que “não se aprende filosofia, mas a filosofar”.¹ O estado de ignorância talvez nos seja favorável para que nos sintamos mais seguros. É mais simples, mas não é correto. Talvez seja melhor a incerteza quando não sabemos como agir ou o que pensar, mas sentimos que nos falta algo, que nosso conhecimento é incompleto.

A verdade (caso exista) deve vir de uma atitude filosófica (aqui, a grande contribuição da ciência histórica). Caso não tenhamos tal atitude, a verdade virá através das decepções. Como grande exemplo temos o 11 de setembro de 2001, quando Nova Iorque foi violentada por supostos ataques terroristas. Acredito que o governo e a sociedade norte-americanos, ao se colocarem acima das expectativas e valores diversos (sejam eles ambientais, culturais, políticos, econômicos, militares ou religiosos), esqueceram-se da postura filosófica tão necessária. Foram cruelmente abalados (como o mundo ocidental em geral), tendo que aprender com a decepção.

História e filosofia não se desassociam.

A História contemporânea caracterizou-se pela ausência de concordância de idéias, de opiniões. A multiplicação das pesquisas faz com que seja perdida a dimensão do conjunto, gerando fragmentação excessiva. Os historiadores perdem-se em seus próprios critérios, afirmando suas dúvidas e relativizando suas conclusões e críticas.

Hoje temos a certeza de que História não significa progresso. Sabemos que História se faz desvendando processos reais, levantando problemas. Sabemos que fazer História é desconstruir, é “comer pelas bordas” ou, como defende Foucault, “fazer História com postura filosófico-jornalística”.²

Fazer História concentra um duplo sentido: ação do sujeito que opera o conhecimento, e ação individual ou coletiva considerada relevante em determinada fase da vida humana. Mas, o que é relevante? Para quem?

A subjetividade do historiador deve ser questionada.

¹ Immanuel KANT. **Critique of judgement**. Col. The Great Ideas, Enciclopaedia Britannica, v.42.

² M. FOUCAULT. Nietzsche, a genealogia e a História. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, 1979.

Buscar e definir o sentido político de nossa ação como historiadores: eis nossa principal função. Nos dias globalizados de hoje, corremos o risco de perder as fronteiras entre a economia, a política, a cultura e a sociedade. Tendemos a particularizar a História.

E não podemos errar nesta ciência. Podemos, sim, defender teses e revê-las quando oportuno.

Como brasileiros, por exemplo, somos únicos e inconfundíveis. Apagar o povo de nossa História é um erro; afinal, este que entendemos atualmente por povo sempre lutou, mesmo que sempre tenha sido derrotado. E sempre luta, mesmo com suas contradições.

Como fazemos uma História baseada na ciência e em seus valores? Como narrá-la se ainda não temos a certeza de como fazê-la?

Antônio Paulo Benatti, em artigo intitulado “**História, Ciência, Escritura e Política**”, nos lembra que a recusa de Gilberto Freyre em entrar para a universidade se deu pelo fato de o autor de ‘**Casa Grande e Senzala**’ temer se “impregnar pelo *ethos* acadêmico burocrático que crespas os talentos artísticos”.³ Benatti nos lembra, no mesmo artigo, que “a gravura universitária é incapaz de diferenciar quem é e quem não é picareta; néscio e perito se equívalem”. Creio que o autor tenha razão. Ao escrevermos História, não sabemos se devemos atuar como escritores ou escreventes. O próprio fato do historiador escolher os documentos que analisará é subjetivo e seletivo. Ao errarmos em nossos procedimentos e relatos, induzimos o leitor curioso (ou até o estudioso) ao nosso erro, o que comprova que a vontade de verdade é insuficiente.

Os livros didáticos de História são, sim, perigosos, mas não podem ser criticados pelos acadêmicos simplesmente por serem didáticos. É difícil fazê-los, como é difícil publicá-los. Não podem ser desprezados por serem informadores para iniciantes. Este tipo de material possui seu valor, porém peca. Nestes, na História do Brasil colonial, por exemplo, o negro aparece, com raríssimas exceções, como escravo, ignorando estudos que mostram a ascensão social dos filhos da escravidão, que chegaram a constituir famílias estáveis, mesmo no período pré-abolição. Estes mesmos livros didáticos, em geral, tratam os negros introduzidos no Brasil por meio do tráfico como “africanos”, não os diferenciando culturalmente. Um pecado! Obviamente não existem verdades absolutas. Considerando o livro didático como uma “transcrição pedagógica e simplificada da verdade científica”, como nos pede Gilberto Cotrim,⁴ ao limitarmos informações ou induzirmos o leitor a uma verdade absoluta, podemos passar uma visão deturpada e incorreta, propagando-a entre iniciadores dessa ciência.

³ Antônio Paulo BENATTI em artigo “**História, Ciência, Escritura e Política**” – RAGO, Margareth e GIMENES, Renato A. de O. (Organizadores). Campinas: Ed. Unicamp, 2002.

⁴ Gilberto Cotrim, autor de livros didáticos de História, em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo em 05/09/2001.

Os acadêmicos que criticam essas publicações, discriminando-as em muitos aspectos, deveriam perceber nelas grande valor, ao menos na forma como são narradas, geralmente de forma atraente, até porque a comercialização o exige.

Todo tipo de narração histórica é importante e, ao mesmo tempo, perigosa, pois mutila análises, encobrendo o global, globalizando ou “quebrando” em demasia.

Breve Análise da Historiografia Brasileira

Nas diversas fases da historiografia brasileira, a História mostrou-se, em geral, insuficiente.

Assim, de meados do século XVIII até a segunda década do XX, promove-se, em geral, uma história factual, descritiva, sem análise crítica, contribuidora da exaltação do chamado espírito nacional brasileiro. Vale observar que o que chamamos nesta fase de Brasil (ao menos até 1821) nada mais era do que uma mistura de pátrias: a paulista, a mineira, a pernambucana, a baiana, entre as diversas outras. Ilsvaú Jancsó e João Paulo G. Pimenta, em artigo intitulado “**Peças de um Mosaico**”,⁵ apontam a surpresa dos deputados paulistas e baianos, que perceberam, por ocasião da elaboração de nova constituição portuguesa, que o Brasil era maior que as províncias que representavam e pelas quais lutavam. Cipriano Barata chega a afirmar, antes de fugir de Lisboa para Falmouth, utilizando-se de um barco inglês, que “desde que os deputados tomaram assento no Congresso de Portugal, fizeram-no para lutar pelos interesses de sua pátria, do Brasil, e da nação em geral”.⁶

Nesta declaração de Barata, o Brasil seria o seu país. A Nação, Portugal. Sua pátria, a Bahia. Ser paulista, pernambucano ou baiense, portanto, significava ser português.

Como se percebe, não havia, até então, noção de nação no Brasil. Muito menos espírito edificado nacional. Como exaltar o espírito nacional nesta fase da historiografia se não o possuíamos?

Em uma segunda fase (da 2ª década do XX ao final dos anos 40 do mesmo século), a historiografia brasileira passou a ser enriquecida com obras interpretativas de Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, entre outros. Há um avanço, ainda que insuficiente, pois a descrição do fato ainda mostrou-se mais relevante.

⁵ *In Viagem incompleta*, v.1, (Organizado por Carlos Guilherme Mota). São Paulo: Ed. Senac, 1999.

⁶ Declaração de alguns deputados do Brasil nas Cortes de Portugal, que de Lisboa se passaram à Inglaterra, 1822; em *Correio Brasiliense*, vol. XXIX, nº 174.

A partir dos anos 60 do século passado, nossa historiografia procurou interligar História com literatura, sociologia, antropologia, em interdisciplinaridade com as ciências humanas. Um avanço, sem dúvidas, ampliando a visão histórica.

Ao final dos mesmos anos de 1960, houve um certo vazio na produção, devido, claramente, à censura imposta pela ditadura militar. Quem procurava fazer História, o fazia sob forte tendência marxista.

Ao chegarmos aos anos 80, talvez 90, nossa historiografia inaugurou a chamada “História do cotidiano”, procurando ir a fundo nas questões triviais do dia-a-dia, nos hábitos, nas rotinas que formam a trama histórica: o trabalho, o pensamento, as credences populares, a sensualidade. A partir dessa fase, historiadores procuraram estabelecer ligações com as articulações sociais e econômicas. As diversas fontes (musicais, escritas, rituais, orais, urbanísticas) passaram a ser respeitadas, se significativas. As instituições sociais, como o Estado, a Igreja e a Família, passaram a ser levadas em consideração e o regional passou a prevalecer. O micro identificando-se com o macro. A visão de cidadania, nesta era de busca de direitos, aparece claramente.

Nesta última fase apontada, a História enquadra-se, definitivamente, na questão da metodologia, permitindo que se chegue a uma conclusão própria.

Nos dias atuais, a aparente falência definitiva do marxismo teria estabelecido também a falência das preocupações políticas, fixando-se na ciência histórica “a fragmentação excessiva da operação historiográfica”,⁷ com os historiadores lançando mão de uma série de pesquisas sem a preocupação do conjunto, da totalidade. Ao mesmo tempo, a análise reflexiva do historiador, ao que parece, procura acompanhar o mundo globalizado, seguindo as tendências de nossa complexidade contemporânea, trazendo-nos uma História sem conclusões críticas, com obras abertas, quebradas, insuficientes.

Com nossa produção historiográfica atual tendendo à fragmentação, prevalece a insistência em tratar, narrar ou interpretar nossa História como se a mesma não possuísse rupturas claras. Ao mesmo tempo, com a totalidade e a fragmentação revezando-se, perde-se a visão global e também a particular.

Rupturas e/ou Continuidades?

Precipitada é a impressão dada aos iniciantes na ciência histórica de que só mesmo a partir de um Duque de Caxias estabeleceu-se a ordem no Brasil; anterior à sua figura, fica a impressão de caos. Precipitada é a impressão passada de que a abolição da escravidão marca a introdução de nosso país na modernidade.

⁷ François DOSSE. *A História em migalhas: das annales à “Nova História”*. São Paulo: Ensaio; Editora da Unicamp, 1992.

Precipitada é a idéia de que a história do negro ficou em 1888, de que o movimento operário estagnou-se nas primeiras décadas do século XX, que, com a proclamação da República, o Brasil finalmente saiu da sua condição de país aristocrata (aliás, importante salientar que a república é pensada nas Conjuras Mineira, Baiana, Farroupilha, entre outros movimentos, não sendo uma proposta apenas de alguns anos anteriores à sua implantação). Se assim for, corre-se o risco de gerar a impressão da superioridade de uma fase em relação à outra.

Uma “atitude anti-histórica” de ruptura abrupta com o passado, ignorando-se as conquistas sociais, políticas e culturais, leva, pois, à renúncia da liberdade e à valorização do Estado. Ao fazer tal consideração, Margareth Rago pede que se “desconstrua” a História, valorizando-se as lutas sociais e a participação dos populares em sua própria edificação histórica. A idéia de desconstrução não é da autora, mas de Foucault, que distingue a “História dos historiadores”, estabelecida e focada sob a égide da continuidade e na lógica da identidade, nos pedindo o “despedaçamento daquilo que constitui o jogo das imagens refletidas no espelho”.⁸

Na História brasileira, temos como apontar continuidades. Por ocasião de nossa suposta independência, fica claro que o Brasil não teve modificada sua estrutura agrária e de dependência européia. Com o Golpe da Maioridade, de 1840, buscou-se um federalismo que se impregnava pelo território brasileiro, garantindo a manutenção da estrutura. A ascensão do regime republicano manteve afastadas as camadas mais populares de participação social e política. A Revolução de 1930 apregoou novos caminhos para a economia brasileira, mas sem ferir as elites. A ascensão da Nova República, com Tancredo-Sarney, ocorreu em tom de conciliação.

Decifrar o que está pouco transparente em cada ato que apresenta ser de continuísmo, assim como identificar as verdadeiras “rachaduras” em nosso processo histórico: eis a grande missão ao historiador que deseja ser especialista nesta linha de pesquisa.

Ao ser feita uma análise historiográfica sem critérios, pode-se contribuir para a propagação das ideologias dominantes. É garantir continuidades, sedimentando-as como verdadeiras.

Quando Bloch pede a reconstrução da História, creio que clame para que pensemos o fato histórico em suas várias dimensões.⁹

⁸ Margareth RAGO em “Anarquismo e a História”. In FOUCAULT. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2000.

⁹ Marc BLOCH. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

A História brasileira possui, claro, continuidades. Basta observarmos nossa formação de Estado, vinculada à nossa colonização e patrimônio. Basta observarmos que, como brasileiros, não temos clareza do que é democracia. Nas periferias de nossas cidades, nos dias atuais, ainda são feitas “batidas” policiais e o Estado atua violenta e impunemente. Nas concentrações de lazer mais elitizadas, pode-se ter conhecimento sobre a lei, mas mexer com o mais provido parece ser perigoso. “Sabe com quem está falando?”, acaba soando como uma frase comum, quando deveria ser trocada por “Quem você pensa que é?”. Nosso espírito também está vinculado à restrita participação política (outra continuidade): ao trabalhador cabe a luta pela sobrevivência, nunca a discussão política ampla.

Talvez a ascensão da República em 1889 tenha colaborado ainda mais para este preconceito, já que a mesma restringiu ainda mais a participação popular e foi menos benevolente com os “cabras” do que o próprio Império; daí, a razão de nos referirmos com carinho a pessoas, usando expressões como “rei”, “princesa”, entre outros, e não “presidente”, “primeira-dama” ou algo que o valha.

A falta de apego à nação e a “falta de nacionalismo” criticada pelos que fazem uma avaliação simplória do perfil do brasileiro (a não ser em fases de grandes torneios de futebol – “a pátria de chuteiras”, como salientou Nelson Rodrigues) é contínua ainda nestes dias contemporâneos. Já salientei que o povo luta a seu modo. Em momentos como o da nossa suposta independência em relação a Portugal, os populares foram afastados do processo em nossa historiografia tradicional, despontando apenas as divergências entre comerciantes e latifundiários. Idem em nosso processo de rompimento com o Império. Idem na instalação da Nova República, apenas com o aparecimento de algumas faixas sociais em ascensão.

Ao ser o indivíduo descolado de sua própria história, faz sentido vermos atualmente um funeral de um popular ilustre com a bandeira de um clube de futebol ou da escola de samba a que se dedicou, talvez porque haja mais vínculo do mesmo com o regional do que com o nacional.

Outra razão vem do fato do brasileiro admirar quem ganha e não quem luta. Assim, quando Emerson Fittipaldi, após vencer por duas vezes o campeonato mundial de Fórmula 1, resolveu investir em projeto brasileiro de carro de velocidade, passou da fama ao desprezo. João Carlos de Oliveira, ao não ter dado continuidade às vitórias após seu recorde mundial no salto triplo, deixou de ser “João do Pulo” para ser o “João de um pulo”. O mesmo ocorreu com Ricardo Prado na natação, com o vice-campeonato de futebol de 1998, e poderíamos seguir em exemplos. Talvez isto aconteça pelo fato de o povo perder, cansar de perder e passar a valorizar e respeitar apenas os considerados vitoriosos.

O espírito brasileiro pode ser também observado em nossa culinária: agregador, acolhedor. Assim, a feijoada, nascida em nossas senzalas, não se acomodou ao negro-feijão, envolvendo o branco-arroz, a amarela-laranja, o mulato-torresmo, tudo bem enfeitado pelo verde-couve de nossas matas. Talvez uma demonstração de nossa virtude de inferioridade a que faz referência Sérgio Buarque.¹⁰

A cultura brasileira de atribuir valor ao patrimônio é demonstrada em nossa maior festa popular: o Carnaval. Celebidades disputam os camarotes, os populares pulam na avenida. Os camarotes nada mais são do que as varandas das casas dos senhores e a avenida nada mais do que o terreiro que se estende à senzala.

Continuidades que não podemos negar.

As Nossas Reais Rupturas

Como reconhecemos nossas reais rupturas históricas? Quais seriam?

Ao indagar-me sobre os considerados momentos de quebra de conjuntura histórica, desejando apontar aqueles que nos trouxeram novos ares, novos caminhos, posturas e perspectivas, observo (como normalmente se faz) que o sete de setembro de 1822 foi, como salientado, apenas a continuidade da estrutura vigente. Como se sabe, o Brasil não mudou seu perfil, os comerciantes e latifundiários mantiveram seus domínios, a economia brasileira continuou agrário-exportadora e a estrutura social não mudou. Mas é em 1831, com a renúncia de D. Pedro I, que vejo uma grande ruptura em nossa História, quando uma multidão concentrou-se no Campo de Santana, exigindo o fim do absolutismo absoluto do imperador. No auge dos protestos, as tropas imperiais aderiram aos manifestantes; caso não embarcasse no inglês Warspite, renunciando, o imperador poderia ser morto. Aqui, talvez, nossa real independência.

Mesmo estando em um grande impasse político com a renúncia de Pedro I, podemos dizer que tínhamos, finalmente, um impasse próprio: devido ao impedimento do herdeiro, ao ser constituída uma regência, vêm-se forças políticas autóctones brotarem no Brasil. E mais: passou-se a discutir a autonomia das províncias, expulsam-se estrangeiros do “exército” imperial, diverge-se sobre a ampliação do voto, discute-se nosso atrelamento à Inglaterra; os populares aparecem na Cabanagem, Sabinada, Balaiada, na Revolta dos Malês de 1835. Uma explosão ou, como preferiu Diogo Feijó, um “vulcão da anarquia”.¹¹

¹⁰ Sérgio Buarque de HOLANDA. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1971.

¹¹ In **História crítica do Brasil**, de A. KUPPER e P. A. CHENSO. São Paulo: FTD, 1998.



É a Regência (1831-1840) um grande ensaio para a República. O então Partido Brasileiro estava dividido entre restauradores, liberais moderados e liberais exaltados, sendo que estes últimos ousavam reivindicar, além de uma descentralização política, uma maior independência do Brasil com relação à Inglaterra. As forças que representavam os comerciantes e militares portugueses (caramurus e corcundas) e as que representavam os proprietários rurais (chimangos) preocupavam-se com as reformas sociais e econômicas, que poderiam lhes ser prejudiciais.

Neste período de tumultos, o Brasil finalmente passava a ser discutido pelo Brasil, não mais sendo pensado e planejado de fora para dentro. Se, aparentemente, foi um período que não trouxe grandes resultados, trouxe, sim, discussões e debates de autonomia.

Já o Segundo Império (1841-1889), como continuidade de discussão do Brasil por ele mesmo, nos trouxe, também, rupturas espetaculares.

É nesta fase da história nacional que perdemos, de forma significativa, nosso aspecto eminentemente rural.

É neste período que discutimos de forma aberta a vergonha nacional de forma ampla e definitiva, não só pelas modificações econômicas, mas também devido às transformações morais: a escravidão, a mesma que foi introduzida na América a partir do século XVI, com características próprias, nunca antes imaginadas no mundo ocidental. Ainda no Segundo Império, passamos a admitir a indústria local como algo possível, mesmo com os obstáculos externos impostos pela Inglaterra.

Este período manteve, claro, continuidades, mas não podemos avaliá-lo como conservador, estático.

Nesta fase houve grande avanço social dos menos favorecidos, muito mais permissivo aos mesmos do que à República, implantada com trajes de modernizadora.

Vale destacar no período a clareza nas relações Igreja e Estado ao final do Império, definidas com as questões religiosas e a quebra do Padroado. O mesmo ocorre com relação ao Estado e o Exército.

A ascensão da República em 1889 pode nos parecer um grande divisor de águas. Afirmo que não, ao menos em seus primeiros momentos ou em sua primeira fase (Primeira República, 1889-1930). Estruturas como o coronelismo foram mantidas e são provenientes do Império (aliás, nos dias de hoje, em períodos eleitorais, são mantidos o “curral” do churrasquinho e aperitivos, com motivos de compensação de voto).

A inauguração da chamada Era Vargas, em 1930 (e, conseqüentemente, do populismo), irá mudar o perfil brasileiro. O nacionalismo, a industrialização

plena de substituições de importações, o atrelamento ao urbano e a manifestação das classes trabalhadoras, rompem com tradições, passando Getúlio a absorver o papel então fragmentado dos coronéis.

Não podemos duvidar que Getúlio Vargas regulamentou, impositivamente, as relações capital e trabalho, reorientando os rumos da economia brasileira sob a égide do Estado, criando infra-estrutura para o desenvolvimento da indústria nacional, sabendo tirar proveito da situação internacional.

Vargas, em seu retorno ao poder, no início da década de 1950, manteve a política nacional-desenvolvimentista. Juscelino a herdou impondo uma cara mais risonha e vinculando, definitivamente, o investimento ao capital internacional. Uma continuidade do que passou a ser estabelecido em 1930, com adição de novos ingredientes.

Com João Goulart (1961-1964), a sociedade mostrou-se dividida, com os setores populares levantando a bandeira da salvaguarda dos interesses nacionais, da reforma agrária, da melhoria de vida aos trabalhadores. As elites apegaram-se de modo intransigente a seus privilégios de classe secularmente estabelecidos. Estávamos diante de uma provável grande ruptura, condição gerada não pela capacidade revolucionária de Jango, mas por sua provável irresponsabilidade populista. Mas esta ruptura não foi possível. O advento do regime militar não pode nos parecer apenas uma ruptura, mas um bloqueio de uma possível quebra de tradições, afinal, durante décadas, a partir de 1964, o país esteve submetido ao arbítrio do Estado policial-militar, que abdicou da soberania nacional, suprimiu os direitos fundamentais do homem, concentrou renda e dilapidou nossos recursos, tudo em nome da segurança interna. Uma ruptura aparente sobrepôs-se a uma provável.

A oposição dos pensamentos, o esgotamento de nossa capacidade de endividamento, a impossibilidade de conter as oposições, as contradições militares, não permitiram a continuidade do regime militar.

Não vejo a abertura política como um grande rompimento. Entristece-me ainda mais meu ceticismo quando, com a formação da aliança Tancredo-Sarney (que viria a suceder os militares), enxergo apenas uma transição para uma continuidade, com novos trajes. Com esse novo momento, a organização da nova Constituição, a de 1988, vem com avanços significativos.

Malgrado as manobras continuístas, o aprofundamento da crise econômica e o descontrole inflacionário, as eleições diretas foram restabelecidas. Eleito para a presidência do Brasil, com grande apoio conservador, Fernando Collor submergiu o país na corrupção e no desconcerto administrativo, talvez apoiado pelas práticas históricas de impunidade. Um *impeachment*! Grande ruptura? Talvez não tão grande assim.



O governo Itamar Franco, que seguiu ao de Collor, mudou de estilo, não se corroeu pela corrupção, mas, na essência, continuou com o credo neoliberal de desmonte do Estado brasileiro. Com Fernando Henrique Cardoso, que elegeu o mercado como o espaço soberano que norteia e controla todos os labirintos da atividade econômica, adveio uma ruptura imaginada, planejada pela necessidade imposta pelas tendências mundiais globalizadas. Com a eleição, em 2002, de Lula da Silva, o povo mostrou-se avesso às continuidades, demonstrando querer mudanças e, talvez, rupturas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estas breves considerações foram aqui jogadas, como que pedindo uma análise mais profunda. Estabelecê-las como verdades absolutas é contradizer o que se pede ao historiador: a profunda quebra, o esmiuçamento do fato e do ato. Apenas os joguei como forma de demonstrar a desconstrução, afinal não cabe ao historiador apenas denunciar os problemas sem vasculhá-los. Deve, creio, o historiador, buscar a compreensão das lutas políticas entre os grupos dominados e os dominantes em todos os níveis, “garimpando” em suas fontes (criteriosamente selecionadas) as verdadeiras causas dos marasmos ou das tensões e conflitos e suas repercussões.

Deve, creio, a ciência histórica, apresentar-se como franca e aberta, permitindo interpretações contínuas no que constituir verdadeiro trabalho de um historiador: a reconstrução.

História não se faz apenas com o exótico, mas se faz procurando as inter-relações nos vários níveis de existência, em busca da cidadania.

A verdade nunca será definitiva, mas deve ser perseguida para que possamos desmistificar os mitos.

Lembremo-nos, sempre, do nosso poeta espanhol.¹²

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENATTI, Antônio Paulo. **História, ciência, escritura e política**. In: RAGO, Margareth e Gimenes, Renato A. de O. (Org.). Campinas-S.P.: Ed. Unicamp, 2002.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965.

¹² Citado na Introdução deste artigo (p.17).



- DOSSE, François. **A História em migalhas: das annales à “ Nova História”**. São Paulo: Ensaio/Ed. da Unicamp, 1992.
- FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a História. *In: Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1971.
- JORNAL CORREIO BRASILIENSE. Declaração de alguns deputados do Brasil nas Cortes de Portugal, que de Lisboa se passaram à Inglaterra, 1822. V.XXIX, n.174.
- JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Entrevista com Gilberto Cotrim (autor de livros didáticos de História), 05/09/2001.
- KANT Immanuel. Critique of judgement. Coleção The Great Ideas. **Enciclopaedia Britannica**, v.42.
- KUPPER, Agnaldo; CHENSO, Paulo A. **História crítica do Brasil**. São Pulo: FTD, 1988.
- MOTA, Carlos Guilherme. **Viagem incompleta**. v.1. São Paulo: Ed. Senac, 1999.
- RAGO, Margareth. **Anarquismo e História**. *In: FOCAULT*. Rio de janeiro: Ed. Nau, 2000.